

## **FUNDO DE PENSÕES CMVM**

### **Contrato Constitutivo**

Primeira Contraente:

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, S.A., com sede na Rua Laura Alves, n.º 4, Apartado 14258, em Lisboa, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva n.º 502549254;

Segunda Contraente:

CGD PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., com sede em Lisboa, na Avenida João XXI, 63, 2º Piso, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 3.454, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva n.º 502.777.460, com capital social de EUR 3.000.000.

Considerando que:

1. No passado dia 9 de setembro de 2015, foi publicada a Lei n.º 147/2015, que procedeu à alteração do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro;
2. Decorrente do acima exposto, surge a necessidade de alterar a redação do Contrato Constitutivo do Fundo.

É acordado pelos contraentes proceder à alteração, com efeitos a partir da presente data, do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões CMVM, que passa a reger-se pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, a cujo integral cumprimento reciprocamente se obrigam:

### **CLÁUSULA 1ª**

#### **Constituição do Fundo e Denominação**

O fundo de pensões denominado Fundo de Pensões CMVM, adiante designado apenas por Fundo, foi instituído em 29 de setembro de 2000 mediante a celebração nessa mesma data de um contrato constitutivo (publicado no Diário da República n.º 2, III Série, de 3 de janeiro de 2001), o qual foi posteriormente alterado em 17 de outubro de



2001, em 5 de fevereiro de 2003 e em 1 de janeiro de 2005 (alterações publicadas, respectivamente, no Diário da República n.º 270, III Série, de 21 de novembro de 2001, no Diário da República n.º 56, III Série, de 7 de março de 2003 e no Diário da República n.º 78, III Série, de 21 de abril de 2003), bem como em 23 de maio de 2014.

## **CLÁUSULA 2ª**

### **Identificação do Associado**

O Associado do Fundo é a instituição identificada como primeira contraente.

## **CLÁUSULA 3ª**

### **Identificação da Entidade Gestora**

A Entidade Gestora do Fundo é a empresa identificada como segunda contraente.

## **CLÁUSULA 4ª**

### **Objetivo**

O Fundo de Pensões da CMVM tem como objetivo garantir o pagamento de pensões de reforma e sobrevivência, de acordo com o plano de pensões adiante definido.

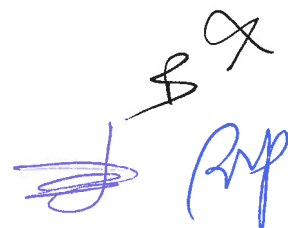
## **CLÁUSULA 5ª**

### **Definições**

5.1. – Participantes do Fundo:

- a) São Participantes do Fundo os empregados do Associado que à data de constituição do Fundo ou que até à extinção deste se encontrem na situação de empregado efetivo ou venham a encontrar-se nessa situação, desde que já esgotado o período experimental;
- b) Entende-se por empregado efetivo aquele que esteja ligado ao Associado por contrato de trabalho subordinado por tempo indeterminado.

5.2. – Beneficiários do Fundo – será considerado Beneficiário do Fundo o Participante que se reforme, por velhice ou invalidez, ao serviço do Associado.



Será ainda considerado Beneficiário o cônjuge sobrevivente ou a pessoa que vivia com o Participante ou reformado, em situação idêntica à dos cônjuges há mais de dois anos, desde que verificadas as demais condições exigidas pelo regime geral da Segurança Social, ou equiparável, adiante referido apenas por cônjuge.

Na falta de cônjuge sobrevivente, serão ainda considerados Beneficiários os órfãos que, por esta razão, sejam Beneficiários de uma pensão de orfandade pelo regime geral da Segurança Social ou pela Caixa Geral de Aposentações, desde que o comprovem.

5.3. – Idade normal de reforma – entende-se por idade normal de reforma a idade legalmente definida pelo regime geral da Segurança Social, como a idade normal de acesso à pensão de reforma por velhice.

5.4. – Data normal da reforma – significará a data em que o Participante atinge a idade normal de reforma, conforme definida no nº 5.3..

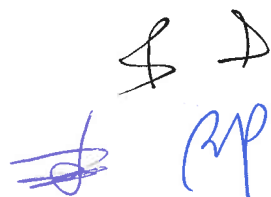
5.5. – Salário pensionável – significará o vencimento ilíquido anual auferido nos 12 meses anteriores à data da reforma, incluindo os subsídios de férias e de Natal.

5.6. – Tempo de serviço pensionável:

- a) Significará o número de anos ou fração ao serviço do Associado, incluindo qualquer período de ausência justificada, por motivos de requisição ou comissão de serviço, salvo o disposto na alínea seguinte;
- b) Aos pedidos de requisição ou comissão de serviço ou de renovação de qualquer dessas situações, apresentados após 5 de fevereiro de 2003, e caso a entidade requisitante não assuma as responsabilidades pelos custos com o Fundo de Pensões durante o período em que durar a requisição ou comissão de serviço, o tempo de serviço pensionável será suspenso até ao regresso do colaborador à CMVM.

5.7. – Invalidez – significará o estado de invalidez quando comprovado através de documento de reforma por invalidez pela Segurança Social ou Caixa Geral de Aposentações.

5.8. – Direitos adquiridos – significará o direito a um benefício, conforme as regras definidas no presente contrato, independentemente da manutenção ou cessação do vínculo existente com o Associado.



Os Participantes que preencham as condições referidas no parágrafo anterior designam-se por Participantes com direitos adquiridos.

## CLÁUSULA 6ª

### Benefícios

6.1. Pensão de reforma por velhice – ao atingir a idade normal de reforma, o Participante terá direito a uma pensão mensal vitalícia, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = 0,65\% \times N \times SA/14$$

onde:

$N$  = tempo de serviço pensionável à data da reforma;

$SA$  = salário pensionável à data da reforma.

6.2. – Pensão de reforma por velhice postecipada – caso um Participante se reforme, ao abrigo do regime geral da Segurança Social ou pela Caixa Geral de Aposentações, após a data normal de reforma, conforme definida no nº 5.4., terá direito a uma pensão mensal vitalícia, calculada de acordo com a fórmula definida no nº 6.1., atendendo ao tempo de serviço e salário pensionáveis à data da reforma efetiva.

6.3. – Pensão de reforma por invalidez:

- a) Verificada a situação de invalidez, o Participante terá direito a uma pensão mensal vitalícia, calculada por utilização da fórmula de benefícios para o cálculo da pensão de reforma por velhice, considerando-se o tempo de serviço pensionável até à declaração da invalidez;
- b) A pensão calculada nos termos da alínea anterior não poderá ser inferior a 15% do salário pensionável dividido por 14.

6.4. – Pensão de sobrevivência imediata:

- a) Em caso de morte de um Participante, o cônjuge, tal como definido no nº 5.2., terá direito a uma pensão mensal vitalícia de valor correspondente a 75% da pensão de invalidez que o Participante teria direito se se reformasse por invalidez na data da morte;



- b) Em caso de falecimento ou inexistência de cônjuge sobrevivente, serão Beneficiários da pensão referida na alínea a) os órfãos, tal como estabelecido no nº 5.2.. Esta pensão será distribuída equitativamente pelo número de órfãos e será paga enquanto os mesmos beneficiarem de pensão pelo regime geral da segurança social ou pela Caixa Geral de Aposentações.

6.5. – Pensão de sobrevivência diferida:

- a) Em caso de morte de um reformado, o cônjuge, tal como definido no nº 5.2. terá direito a uma pensão mensal vitalícia de valor correspondente a 75% da pensão de reforma que o reformado auferia à data da morte;
- b) Em caso de falecimento ou inexistência de cônjuge sobrevivente, serão Beneficiários da pensão referida na alínea a) os órfãos, tal como estabelecido no nº 5.2.. Esta pensão será distribuída equitativamente pelo número de órfãos e será paga enquanto os mesmos beneficiarem de pensão pelo regime geral da Segurança Social ou pela Caixa Geral de Aposentações.

6.6. – Pagamento de pensões – as pensões definidas nos nºs 6.1., 6.2., 6.3., 6.4. e 6.5. serão pagas 14 vezes por ano, sendo efetuado o pagamento da 13ª mensalidade no mês de maio e o da 14ª no mês de dezembro.

Antes do início do pagamento das pensões, os Beneficiários poderão optar pela remição parcial da pensão em capital, nos termos da legislação fiscal e sobre fundos de pensões em vigor.

6.7. – Atualização das pensões – a atualização das pensões pagas ao abrigo deste capítulo é efetuada anualmente, por iniciativa do Associado, tendo por base o índice de preços no consumidor (IPC), sem habitação, publicado pelo INE.

6.8. – Cessação do contrato de trabalho com o Associado antes da data normal de reforma:

- a) No caso de um Participante cessar o seu contrato de trabalho com o Associado, por outra razão diferente da reforma por velhice à idade normal de reforma, invalidez ou falecimento, desde que, nessa data, tenha um tempo de serviço pensionável igual ou superior a cinco anos completos, terá direito a um benefício nas condições e limites das alíneas seguintes;



- b) À data da cessação do contrato de trabalho é apurado, de acordo com a avaliação atuarial, realizada pela Entidade Gestora, o valor atual das responsabilidades por serviços passados correspondentes ao Participante, de acordo com a fórmula aplicável aos benefícios para o cálculo da pensão de reforma por velhice, considerando os métodos de cálculo e pressupostos da última avaliação atuarial efetuada para efeitos de financiamento do Fundo;
- c) O montante determinado na alínea anterior será fixado e registado em conta individual, constituindo assim direitos adquiridos;
- d) Caso a cessação contratual resulte da antecipação da reforma pelo regime geral da Segurança Social ou Caixa Geral de Aposentações, o valor definido na alínea c) deverá ser utilizado na aquisição de um seguro de renda vitalícia imediata, podendo o Participante optar nesse momento pela remição parcial do capital ou pela transformação noutra tipo de renda, nos termos da legislação fiscal e sobre fundos de pensões em vigor;
- e) Caso a cessação contratual não resulte da antecipação da reforma nos termos da alínea anterior, o Participante deverá solicitar, à data da cessação do contrato de trabalho, a transferência do valor existente na sua conta individual para outro fundo de pensões;
- f) Se o Participante, dois meses após a data da cessação de contrato de trabalho, não tiver, conforme o estabelecido na alínea anterior, solicitado a transferência do valor existente na sua conta individual, a Entidade Gestora procede automaticamente à transferência daquele valor para uma adesão individual ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Activa, prevendo o mesmo enquadramento fiscal que o presente plano de pensões, de acordo com a legislação em vigor no momento;
- g) Caso ocorra alguma das situações previstas no plano, no período entre a data da cessação contratual e a data da transferência da conta individual, o montante existente na conta individual será utilizado na aquisição de seguro de renda vitalícia a favor do Beneficiário, consoante a situação.

Four handwritten signatures in blue ink are located in the bottom right corner of the page. They appear to be initials or names of individuals involved in the document's approval or execution.

## **CLÁUSULA 7ª**

### **Património Inicial**

O Fundo foi constituído pelo património inicial de 372.384.000\$, o equivalente a EUR 1.857.443,56, entregue em numerário pelo Associado.

## **CLÁUSULA 8ª**

### **Financiamento do Fundo**

O financiamento do plano de pensões, definido na cláusula 6ª fica totalmente a cargo do Associado, não existindo contribuições por parte dos Participantes.

## **CLÁUSULA 9ª**

### **Regras de Administração do Fundo**

No âmbito da administração do Fundo, os valores geridos e recebidos pela Entidade Gestora serão investidos de acordo com a legislação em vigor, tendo sempre presente os objetivos de maior rendibilidade e segurança dos investimentos.

O Fundo será alimentado pelas contribuições do Associado, pela totalidade do rendimento líquido dos valores de investimento, bem como pela mais-valia realizada na alienação ou reembolso de valores do seu património.

A débito do Fundo serão consideradas em cada ano as pensões pagas aos Beneficiários, bem como os eventuais aumentos de pensões em curso. A débito do Fundo serão ainda consideradas as comissões estabelecidas no contrato de gestão do Fundo.

Os valores que integram o Fundo e os correspondentes documentos representativos serão depositados na Caixa Geral de Depósitos, S.A..

## **CLÁUSULA 10ª**

### **Empréstimos aos Participantes e Beneficiários**

Não serão concedidos pelo Fundo quaisquer empréstimos aos Participantes ou Beneficiários.



## **CLÁUSULA 11ª**

### **Comissão de Acompanhamento**

1 - O cumprimento do Plano de Pensões e a gestão do Fundo de Pensões são verificados por uma Comissão de Acompanhamento (CAPP) constituída nos termos da legislação em vigor e dos Estatutos e Regulamento de Constituição e Funcionamento que constitui o Anexo I ao presente contrato e que dele faz parte integrante.

2 - Com exceção da CAPP que já se encontra constituída, a obrigatoriedade da sua constituição subsequente, inicia-se após a celebração do presente contrato, quando o Plano de Pensões conte com mais de cem membros (participantes e/ou beneficiários), devendo, então, a Entidade Gestora dar cumprimento à obrigação de informar os Participantes e Beneficiários prevista no Artigo 8.º do Anexo I referido no número anterior.

3 - O mandato da CAPP que estiver em vigor não se interrompe pelo facto de após a data da eleição/designação dos seus membros, o Plano de Pensões ter passado a abranger menos de cem membros. Nesse caso, contudo, terminado o mandato dos membros da CAPP em curso, a CAPP extingue-se, não se procedendo a eleição/designação de novos membros para aquela comissão, até que aquele requisito legal seja novamente preenchido. Quando o plano a que a CAPP se refere voltar a abranger pelo menos cem membros aplica-se de novo o regime previsto nos números anteriores.

## **CLÁUSULA 12ª**

### **Mudança de Entidade Gestora**

1 - O Associado tem o direito de transferir em qualquer data aniversária a gestão do Fundo para outra entidade gestora, mediante um aviso prévio de três meses, por escrito e em carta registada dirigida à Entidade Gestora, após cumpridos todos os requisitos para o efeito estabelecidos pela legislação em vigor.

2 - Todos os valores que constituem o património do Fundo serão transferidos para a gestão da nova entidade gestora.





3 - Para além da carga de gestão acordada pelo contrato de gestão do Fundo, serão da conta do Associado todas as despesas ocasionadas pela transferência da gestão do Fundo.

4 - A transferência do Fundo para qualquer outra entidade gestora não implica a aplicação de qualquer penalidade.

### **CLÁUSULA 13ª**

#### **Mudança de Entidade Depositária**

A Entidade Gestora, mediante prévio acordo do Associado, poderá transferir o depósito dos valores do Fundo para outra instituição depositária, obrigando-se a comunicar tal transferência e as respetivas condições contratuais à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, adiante apenas designada por ASF.

### **CLÁUSULA 14ª**

#### **Alterações às Cláusulas**

O Associado e a Entidade Gestora têm o direito de alterar, por acordo mútuo e após cumpridos todos os requisitos para o efeito estabelecidos na legislação em vigor, as cláusulas do contrato constitutivo do Fundo, ficando, no que respeita às cláusulas do plano de pensões, limitado às seguintes condições:

- a) Nenhuma alteração pode reduzir o valor das pensões que se encontrem em pagamento à data da alteração, nem reduzir os direitos já adquiridos, ou seja, o valor acumulado nas contas individuais afetas a ex-Participantes;
- b) Nenhuma alteração poderá modificar o objetivo do Fundo, definido na cláusula 4ª;
- c) Toda a alteração deverá ser sujeita à aprovação prévia da ASF.

### **CLÁUSULA 15ª**

#### **Causas de Extinção do Fundo**

1 - O Fundo extinguir-se-á:

- a) Pela realização do seu objeto ou por este se tornar impossível;

Handwritten signature and initials in blue ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'RMP' with a stylized flourish above it.

- b) Por acordo entre o Associado, os Participantes e os Beneficiários do Fundo se, atentos os condicionalismos envolventes de ordem jurídica, social e económica, tal for contratual e legalmente possível;
- c) Na falta significativa de aportação de meios financeiros que determine a impossibilidade do Fundo garantir o cumprimento das respetivas obrigações;
- d) Nos casos especialmente previstos na lei.

2 - A extinção do Fundo efetuar-se-á por contrato de extinção, atendendo ao estabelecido na presente cláusula.

## **CLÁUSULA 16ª**

### **Regras de Liquidação do Fundo**

1 - Na liquidação do Fundo e, até ao limite da capacidade do mesmo, deverão ser garantidos os seguintes direitos aos Participantes, Participantes com direitos adquiridos e Beneficiários do Associado, por ordem preferencial:

- a) A continuidade do pagamento das pensões em curso, através da aquisição, junto de uma seguradora, de seguros de rendas vitalícias ou temporárias imediatas, sem garantia de atualização de pensões;
- b) O pagamento de pensões de reforma a atribuir a eventuais Participantes que à data de liquidação do Fundo tenham idade superior à idade normal de reforma. Este pagamento será de igual modo assegurado pela aquisição, junto de uma seguradora, de seguros de rendas vitalícias imediatas, sem garantia de atualização de pensões;
- c) Montante correspondente ao valor integralmente financiado das responsabilidades com os direitos adquiridos relativamente aos quais já se tenham verificado, à data da extinção, as condições previstas no plano de pensões;
- d) Montante correspondente ao valor integralmente financiado das responsabilidades com os direitos adquiridos relativamente aos quais não se tenham verificado, à data da extinção, as condições previstas no plano de pensões;



2 - As rendas referidas na alínea d) do número anterior, caso o remanescente do Fundo não seja suficiente para assegurar a sua totalidade, deverão ser rateadas em proporcionalidade.

3 - Após garantidos os direitos referidos nos números anteriores, caso se verifique a existência de um remanescente, este será utilizado nos termos que for decidido conjuntamente pela Entidade Gestora e o(s) associado(s), mediante prévia autorização da ASF.

### **CLÁUSULA 17ª**

#### **Extinção do Associado**

Em caso de extinção do Associado que não resulte da sua transformação noutra pessoa coletiva, o património do Fundo responderá pelos benefícios garantidos ao abrigo do plano de pensões e será liquidado de acordo com o estabelecido na cláusula 16ª.

### **CLÁUSULA 18ª**


#### **Extinção da Entidade Gestora**

Se a Entidade Gestora cessar a atividade deverá comunicar tal facto ao Associado, com um aviso prévio de três meses, e assegurar a transferência da gestão do Fundo para outra entidade habilitada indicada pelo Associado.

### **CLÁUSULA 19ª**

#### **Representação do Associado**

O Associado como único contribuinte para o Fundo assegurará a sua própria representação através do conselho diretivo ou quem ele indicar no uso de poderes delegados.



## CLÁUSULA 20ª

### “Foro Competente”

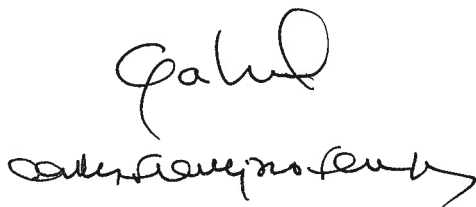
Se a lei o permitir, e outro não for acordado entre as partes, o foro competente para dirimir qualquer litígio emergente do presente contrato é o da sede do Associado, desde que em território nacional. Caso contrário, e na falta de imposição legal em sentido diferente, será exclusivamente competente o foro da comarca de Lisboa com renúncia expressa a qualquer outro.

## CLÁUSULA 21

### “Legislação Aplicável”

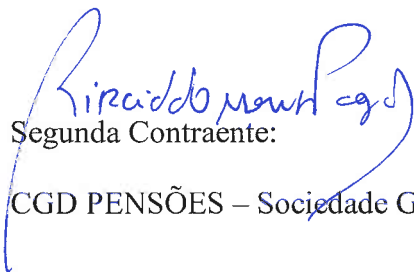
Em tudo o que não se encontrar especificamente regulado no presente contrato, aplicar-se-á a legislação em vigor sobre a constituição e funcionamento de fundos de pensões.

Lisboa, 1 de setembro de 2016



Primeira Contraente:

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários



Segunda Contraente:

CGD PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.



## ANEXO I


### **Estatutos e Regulamento de Constituição e Funcionamento da Comissão de Acompanhamento do Plano de Pensões (CAPP)**

#### **Artigo 1º – Definição**

A Comissão de Acompanhamento do Plano de Pensões (adiante designada por CAPP) é o órgão através do qual o Associado, os Participantes e Beneficiários acompanham conjuntamente o cumprimento do Plano de Pensões e a gestão do respetivo Fundo de Pensões.

#### **Artigo 2º – Composição e Mandato**

1. A CAPP é composta por três membros efetivos e um suplente, dos quais dois membros efetivos serão designados pelo Associado e um efetivo e respetivo suplente serão representantes dos Participantes e Beneficiários, eleitos pelo universo global dos Participantes e Beneficiários do Fundo nos termos da lei e dos presentes estatutos
2. Caso o representante dos Participantes e Beneficiários, renuncie ao seu cargo ou, por qualquer outra razão deixe de ter condições para exercê-lo, deverá ser substituído pelo seu suplente.
3. O suplente apenas substitui o membro efetivo nos impedimentos definitivos deste.
4. Na situação prevista no número anterior, caso não haja suplente, a designação do representante faz-se nos termos previstos nos números 3 a 15 do Artigo 3º.
5. Quando, na sequência dos processos previstos nos números 3 a 15 do Artigo 3º, não sejam designados os representantes dos Participantes e Beneficiários, a CAPP funcionará com os representantes do Associado.
6. Caso qualquer dos representantes do Associado renuncie ao seu cargo ou deixe de ter condições para exercê-lo, o Associado deverá prontamente indicar um novo representante. O Associado pode substituir livremente e em qualquer momento os membros por si designados.
7. O mandato dos membros da CAPP terá a duração de 3 (três) anos. Os membros podem ser redesignados ou reeleitos, não existindo qualquer limitação quanto ao



número de mandatos. A substituição intercalar de qualquer membro é efetuada pelo tempo que faltar até ao termo do mandato que estiver em curso.

8. Os membros da CAPP manter-se-ão em funções até à designação ou eleição de novos membros, mas por período não superior a 6 (seis) meses após o termo do respetivo mandato.

9. Os membros da CAPP não podem exercer funções, seja de que tipo for, ou ter interesse, direto ou indireto, em qualquer entidade externa ao Associado que, a qualquer título, venha a intervir na gestão ou fiscalização do Fundo de Pensões, podendo ser destituídos pelo Associado com fundamento na referida incompatibilidade.

### **Artigo 3º – Nomeação dos Membros da CAPP**

1. O Associado desenvolverá os melhores esforços para promover a nomeação dos seus representantes na CAPP.

2. Os representantes do Associado devem ser designados no prazo de 20 (vinte) dias a contar da comunicação que para o efeito lhes for dirigida pela Entidade Gestora do Fundo, sendo comunicada a sua identidade e morada a esta última nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva designação.

3. O Associado desenvolverá os melhores esforços para promover a eleição atempada dos representantes dos Participantes e Beneficiários na CAPP para cada mandato:

(a) Prestando toda a informação relevante acerca do Plano de Pensões, do Fundo de Pensões e da CAPP aos Participantes e Beneficiários;

(b) Prestando todos os meios materiais e logísticos para a realização da referida eleição;

(c) Promovendo o ato eleitoral, nos termos dos números seguintes e suportando as despesas gerais com a respetiva realização.

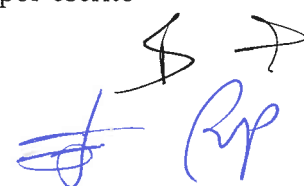
4. A eleição dos representantes dos Participantes e Beneficiários na CAPP será feita com respeito pelos seguintes princípios:

(a) A cada Participante e Beneficiário do Fundo corresponderá um voto;

(b) O voto será livre, pessoal e secreto.



5. O Associado promoverá o processo eleitoral no prazo de 10 (dez) dias a contar da comunicação que para o efeito lhe for dirigida pela Entidade Gestora do Fundo de Pensões.
6. Têm capacidade eleitoral ativa todos os Participantes e Beneficiários do Fundo.
7. O período eleitoral inicia-se com a marcação, devendo, a partir deste mesmo dia, o Associado manter à disposição dos eleitores a lista com todos os Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões.
8. A marcação das eleições deverá ser comunicada, no âmbito da empresa, de modo a tornar público o ato eleitoral, designadamente o prazo e condições para apresentação de candidaturas, os serviços do Associado onde estas deverão ser apresentadas e o local, horário e meios da votação (que poderá ser por correspondência), bem como, o número de votos expressos necessários à validade da mesma. Os Beneficiários, por não serem trabalhadores no ativo do Associado, serão avisados por carta simples expedida para a sua morada.
9. Cada candidatura deverá conter a identificação do candidato.
10. O prazo para apresentação das candidaturas inicia-se no dia da publicitação do processo eleitoral, devendo aquelas ser apresentadas, por escrito e assinadas pelos candidatos, junto dos serviços do Associado que este vier a indicar, até ao décimo quinto dia posterior ao daquela publicitação.
11. As candidaturas serão afixadas em lugar apropriado e anunciadas em meios de informação interna, de modo a serem conhecidas dos Participantes e Beneficiários.
12. O quórum necessário para a validade dos resultados eleitorais corresponde à maioria dos Participantes e Beneficiários. Caso não se verifique quórum na primeira eleição, proceder-se-á à segunda eleição cujos resultados serão válidos independentemente do número de Participantes e Beneficiários que tiverem votado.
13. O candidato que obtiver maior número de votos preenche o lugar de membro efetivo da CAPP e o candidato que obtiver um número de votos imediatamente a seguir preenche o lugar de suplente.
14. Com respeito pelo previsto no presente documento, o Associado poderá fixar um regulamento eleitoral, cabendo-lhe ainda o poder de, em caso de dúvida ou omissão, interpretar e preencher eventuais lacunas que possam suscitar-se no âmbito do regime de eleição dos representantes dos Participantes e Beneficiários na CAPP.
15. Quando a designação dos representantes dos Participantes e Beneficiários não seja possível por ausência de candidatos, tal facto deverá ser comunicado por escrito

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a stylized 'S' and 'A' at the top right, and a signature that appears to be 'Ry' or 'Ry' with a flourish below it.

pelo Associado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões num prazo máximo de 5 (cinco) dias após o término do prazo para apresentação das candidaturas, devendo então a Entidade Gestora, nos 5 (cinco) dias subsequentes, instar a Comissão de Trabalhadores do Associado a designar os representantes dos Participantes e Beneficiários do Fundo na CAPP, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data da comunicação recebida da Entidade Gestora, sendo comunicada a sua identidade e morada a esta última nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva designação.

#### **Artigo 4º – Regras de Funcionamento da CAPP**

1. O presidente da CAPP será nomeado pelo Associado de entre um dos representantes por si designados.
2. Cada membro da CAPP dispõe de um voto e o presidente terá voto de qualidade nas deliberações.
3. A CAPP reúne em reuniões ordinárias com periodicidade semestral, e sempre que for convocada pelo seu presidente, pelos outros 2 (dois) membros, pelo Associado ou pela Entidade Gestora. A convocatória para as reuniões será realizada através de comunicação escrita ou eletrónica, com pelo menos 10 dias úteis de antecedência, a qual deverá indicar o local, dia e hora da reunião e a respetiva ordem de trabalhos, com a indicação, quando seja o caso, dos documentos que se destinam a ser apreciados na reunião e do local em que os mesmos se encontram disponíveis.
4. A CAPP não pode deliberar sem que esteja presente ou representada ou participe por voto escrito a maioria dos seus membros e que um deles seja o representante dos Participantes e Beneficiários.
5. As deliberações da CAPP são tomadas por maioria dos votos dos membros presentes ou representados e dos que votem por correspondência.
6. De cada reunião da CAPP deve ser lavrada uma ata. Nas deliberações em que existam eventuais votos contra, estes devem ser registados em ata com a indicação da respetiva fundamentação. O presidente da CAPP pode designar um Secretário para o assessorar na preparação das reuniões, envio de comunicações e elaboração de minutas de atas.
7. A CAPP poderá elaborar um regulamento com as suas regras internas de funcionamento, que não deverá contrariar o disposto no presente documento.





8. A representação nas reuniões e votações só é permitida entre membros da CAPP em efetividade de funções.

#### Artigo 5º – Atividades da CAPP

##### 1. Dever de Diligência da CAPP

No exercício das suas funções, a CAPP deverá:

- (a) Atuar de boa-fé e no interesse geral dos Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões;
- (b) Atuar com diligência e prudência na fiscalização da Política de Investimento do Fundo de Pensões, tendo especial atenção ao nível de risco envolvido e à diversificação das aplicações;
- (c) Obter aconselhamento de profissionais reputados nas áreas em que não disponha dos conhecimentos adequados.

##### 2. Funções gerais da CAPP

Compete à CAPP:

- (a) Verificar o cumprimento do Plano de Pensões do Associado e as disposições aplicáveis à gestão do fundo;
- (b) Verificar a implementação da Política de Investimento e o financiamento das responsabilidades dos Planos de Pensões;
- (c) Verificar o cumprimento dos deveres de informação aos Participantes e Beneficiários.

##### 3. Funções especiais da CAPP

Compete à CAPP emitir parecer prévio não vinculativo por escrito sobre:

- (a) Alterações relevantes ao Contrato Constitutivo do fundo;
- (b) Cessação ou alteração do(s) Contrato(s) de Gestão;
- (c) Transferência da gestão do Fundo de Pensões de uma entidade gestora para outra entidade gestora;
- (d) Extinção do Fundo de Pensões;
- (e) Pedidos de devolução ao Associado de excesso de financiamento;
- (f) Propostas da Entidade Gestora para a nomeação do Atuário Responsável pelo Plano de Pensões e do Revisor Oficial de Contas do Fundo.

##### 4. Compete ainda à CAPP:

- (a) Elaborar propostas sobre as matérias referidas nos pontos anteriores;



- (b) Solicitar à Entidade Gestora e à Entidade Depositária a documentação e informação considerada necessária para o exercício pleno das suas funções;
- (c) Colaborar com o Associado e a Comissão de Trabalhadores na promoção e organização de eleições para os seus membros, quando necessário;
- (d) Elaborar um Relatório Anual sobre as atividades desenvolvidas que será disponibilizado para consulta, quando solicitado, aos Participantes e Beneficiários.

5. A CAPP dispõe de um prazo de 10 dias úteis, ou de 20 dias úteis sempre que a complexidade das matérias a analisar o justificar, para a elaboração e votação dos pareceres referidos no número 3 do presente artigo. Caso este prazo não seja cumprido, considerar-se-á tacitamente que o parecer foi emitido e votado favoravelmente ao projeto ou pedido que lhe tiver sido submetido pelo Associado ou pela Entidade Gestora. Se a CAPP não exercer ou não estiver em condições de exercer, atempadamente as competências que lhe estão atribuídas, considera-se que o Associado e/ou a Entidade Gestora podem agir sem necessidade de a consultar ou em sua representação.

6. Sem prejuízo da informação que nos termos da lei deva ser prestada por outras entidades, a CAPP deverá informar os Participantes e Beneficiários, sempre que solicitado, sobre o Plano de Pensões e suas posteriores alterações, bem como facultar toda a informação necessária à efetiva compreensão do Plano e demais informação relativa à atividade da CAPP.

## **Artigo 6º - Informação e Confidencialidade**

1. Sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo anterior, a Entidade Gestora faculta anualmente à CAPP cópia do Relatório e Contas anuais do Fundo de Pensões, bem como dos relatórios do atuário responsável e do revisor oficial de contas elaborados no âmbito das respetivas funções.
2. Os membros da CAPP estão vinculados a um dever de sigilo e confidencialidade relativamente à atividade da CAPP e a todas as informações a que tenham acesso por causa e em função do exercício das suas funções, salvo se as mesmas já forem do conhecimento público e sem prejuízo da divulgação necessária ao exercício da atividade da CAPP ou em cumprimento de um dever legal ou de decisão judicial.



## **Artigo 7º - Despesas da CAPP**

1. As despesas inerentes à representação dos membros na CAPP são assumidas pelo Associado, exceto quando os representantes dos Participantes e Beneficiários resultarem de designação da Comissão de Trabalhadores, caso em que tais despesas serão assumidas pelas entidades a quem compete essa representação, nomeadamente, ao Associado e à Comissão de Trabalhadores, relativamente aos membros por cada uma designados.
2. As despesas de funcionamento da CAPP são suportadas nos termos que por ela forem estabelecidos.
3. De forma a poder exercer as suas funções de forma eficiente, a CAPP poderá recorrer a serviços de empresas especializadas nas matérias a analisar, sendo as despesas relativas a estes serviços assumidas nos termos estabelecidos pelos membros da comissão.
4. Nenhuma despesa poderá, contudo, ser imputada ao Fundo de Pensões.

## **Artigo 8º – Disposição Transitória**

No prazo de 20 dias, a contar da data em que o Plano de Pensões conte com mais de 100 (cem) membros (Participantes e/ou Beneficiários), a Entidade Gestora informará os Participantes e Beneficiários das regras de designação e representação dos membros da CAPP e das funções, composição e regras e funcionamento dessa comissão e solicitará ao Associado para designar os respetivos representantes e promover a eleição dos representantes dos Participantes e Beneficiários na CAPP, bem como para procederem à constituição desse órgão.

## **Artigo 9º – Demais Legislação**

Em tudo o que não estiver fixado neste articulado aplicar-se-á a demais legislação em vigor sobre a CAPP.



